

Sumário

1. Introdução	1
2. Contexto, Objetivos e Aspectos Gerais da Lei Nº. 13.105/2015	3
2.1 Processo e Procedimento	3
2.1.1 A legitimação pelo procedimento segundo Niklas Luhmann	8
2.2 Direito da parte à participação ativa procedimental	12
2.3 O formalismo processual	15
2.3.1 O direito fundamental a um procedimento adequado	20
2.3.2. Técnica da flexibilização procedimental por meio do princípio da adaptabilidade procedimental.....	23
2.3.3 A simplificação formal e o maior rendimento possível como objetivos buscados pela Comissão elaboradora do atual Código de Processo Civil	28
2.4 Privatismo/Hiperpublicismo/Publicismo – as fases pelas quais o processo passou.....	32
2.5 Modelo inquisitivo/dispositivo/cooperativo	36
2.5.1 O atual diploma processual e os momentos em que as partes são chamadas a participar ativamente.....	42
2.6 As convenções processuais como garantia ao acesso à justiça	48
3. Convenções Processuais	55
3.1 As convenções processuais na teoria dos fatos jurídicos processuais....	55
3.2 Conceito e a nomenclatura mais adequada.....	60
3.3 Classificação.....	62
3.4 A regra geral do artigo 190 do Código de Processo Civil.....	65
3.4.1 A diferenciação das convenções processuais a respeito do procedimento e das situações jurídicas processuais	70

3.5	Requisitos das convenções processuais.....	74
3.5.1	A capacidade das partes.....	74
3.5.2	A forma.....	76
3.5.3	O objeto.....	77
3.6	O juiz e as convenções processuais.....	77
3.6.1	O plano de eficácia das convenções processuais.....	77
3.6.2	O papel do juiz diante das convenções processuais: fiscalização e controle.....	80
3.6.3	As novas atribuições do juiz no processo após a vigência do CPC/2015.....	82
3.6.4	A criação da norma processual por convenção e sua interpretação.....	85
3.6.4.1	<i>In dubio pro libertate</i>	86
3.6.4.2	A Cláusula geral.....	88
3.6.4.3	A observância do contraditório em atenção ao atual modelo cooperativo de processo.....	91
3.6.4.4	Aproveitamento e convalidação das convenções processuais.....	93
4.	Possibilidades e Limites das Convenções Processuais.....	95
4.1	A autonomia das convenções processuais.....	95
4.2	Atos processuais dispositivos.....	96
4.3	O objeto nas convenções processuais.....	99
4.3.1	Direitos que admitam autocomposição.....	100
4.3.2	Casísticas de objetos lícitos nas convenções processuais.....	105
4.3.2.1	Convenções processuais relacionadas à fase de conhecimento.....	106
4.3.2.1.1	Convenções processuais relacionadas ao ônus da prova.....	107

4.3.2.1.2 Calendário processual	109
4.3.2.2 Convenções processuais relacionadas à fase recursal	112
4.3.2.3 Convenções processuais relacionadas à fase de execução ...	114
4.3.2.4 Convenções processuais x Juizados Especiais.....	115
4.3.2.5 Convenções processuais x Ações Coletivas	116
4.3.2.6 Convenções processuais x Fazenda Pública	119
4.3.2.7 Convenções processuais x Ministério Público.....	122
4.4 Limites gerais das convenções processuais	123
4.4.1 Boa-fé	124
4.4.2 Ordem pública	127
4.5 Limites específicos das convenções processuais	128
4.5.1 Casos de “nulidades” do parágrafo único do artigo 190 do CPC/2015	129
4.5.1.1 Reserva legal.....	129
4.5.1.2 Vícios da vontade e vícios sociais	130
4.5.1.3 Ofensa aos direitos fundamentais	132
4.5.2 Inserção abusiva em contrato de adesão	135
4.5.3 Parte em manifesta situação de vulnerabilidade	136
4.6 Via recursal cabível	138
5. Conclusões.....	141
Referências	145